



PARLAMENTO EUROPEU

2009 - 2014

Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos

7.1.2010

COMUNICAÇÃO AOS MEMBROS

Assunto: Audição da Sr.^a Cecilia MALMSTRÖM, Comissária indigitada para os Assuntos Internos

Submetem-se à atenção dos Senhores Deputados, em anexo, as respostas apresentadas por escrito que nos foram enviadas pela Sr.^a Cecilia MALMSTRÖM.

O Secretariado

CM\800796PT.doc

PE431.138v02-00

PT

Unida na diversidade

PT

RESPOSTAS DA COMISSÁRIA INDIGITADA

Cecilia MALMSTRÖM

(Assuntos Internos)

AO QUESTIONÁRIO DO PARLAMENTO EUROPEU

Competência geral, empenho europeu e independência pessoal

- 1. Quais são os aspectos das suas qualificações e experiência pessoais que considera particularmente relevantes para vir a ser Comissária e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Quais são as suas motivações? Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu e como tenciona assegurar que nenhuma das suas actividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?**

Cresci em França e, desde criança, tive a oportunidade de fazer amigos originários de toda a Europa. Compreendi muito cedo que muitos dos meus amigos da escola tinham um passado diferente do meu, com os seus avós e outros familiares sepultados sob uma das cruzes brancas dos cemitérios que visitei com os meus pais na Normandia ou na Alsácia. Penso que foi durante esses anos que tomei consciência de que nem todos os países europeus tiveram uma história moderna tão feliz quanto a da Suécia. Também passei alguns anos na Catalunha no final dos anos oitenta, o que me permitiu descobrir os horrores do regime franquista e a importância da integração da Espanha na Comunidade Europeia. Estas diferentes experiências contribuíram para formar o meu empenho profundo na integração europeia, razão pela qual me encontrei entre os principais promotores da campanha pelo «sim» aquando do referendo organizado na Suécia em 1994 sobre a adesão à União Europeia.

Consagrei os últimos vinte anos da minha vida profissional aos assuntos europeus. Comecei a minha carreira na universidade, onde fiz investigação no domínio das políticas europeias e fui docente no quadro do programa de estudos europeus na Universidade de Gotemburgo, tendo a minha tese de doutoramento em ciências políticas incidido sobre certos aspectos das políticas europeias. Mais tarde, fui deputada do Parlamento Europeu durante sete anos e Ministra para os Assuntos Europeus na Suécia durante três anos.

Na qualidade de ministra, fui incumbida essencialmente da preparação e coordenação da presidência sueca da UE, embora outros dossiês horizontais tenham feito igualmente parte das minhas atribuições. Neste contexto, também adoptei como prioridade o diálogo com os cidadãos, a sociedade civil e os conselheiros locais, tendo como objectivo estimular o debate sobre questões europeias e familiarizar os suecos com a União Europeia. A experiência que adquiri no Parlamento Europeu e no Governo sueco deu-me um conhecimento aprofundado

das diferentes sensibilidades que coexistem na Europa.

Estou plenamente convicta de que só uma Europa forte pode responder às expectativas dos cidadãos ao encontrar soluções para fazer face aos desafios comuns e para construir um sólido futuro comum. A cooperação policial e em matéria de migração e asilo são realidades que exigem políticas comuns reforçadas na Europa. A perspectiva de estabelecer políticas nesta matéria constitui um verdadeiro desafio - difícil sem dúvida - e o Programa de Estocolmo constitui um bom ponto de partida. Será um privilégio poder obter resultados concretos neste domínio, em cooperação com o Parlamento Europeu e os Estados-Membros.

Tendo em conta que a adopção do Programa de Estocolmo constituiu uma das principais prioridades da Presidência sueca, estou bastante familiarizada com os problemas que se colocam no domínio dos assuntos internos.

As questões associadas à migração fazem parte da minha agenda política desde há muitos anos. Com responsabilidades políticas a nível local nos anos noventa, exerci durante sete anos funções nos serviços locais de imigração e integração de Gotemburgo, cidade que conta com 154 nacionalidades. A Suécia é um dos países europeus que acolhe mais imigrantes proporcionalmente à sua população. Desenvolvi investigação neste domínio e sou autora de um livro que coloca a política de migração sueca numa perspectiva de política externa.

Enquanto desempenhei as funções de Ministra do Governo sueco, as medidas a nível financeiro e de organização que adoptei foram objecto de uma avaliação rigorosa. Estou inteiramente ciente das exigências que pesam sobre os membros da Comissão, tendo completado a Declaração de Interesses. Estou igualmente ciente, em total acordo e determinada a cumprir integralmente as obrigações em matéria de ética, de independência e de integridade previstas no Tratado. Tudo farei para evitar qualquer cargo ou situação susceptível de pôr em causa a minha integridade e independência como membro da Comissão. Durante o meu mandato, respeitarei integralmente as obrigações constantes do Código de Conduta dos Comissários.

Gestão do pelouro e cooperação com o Parlamento Europeu e as suas comissões

2. De que modo avaliaria o seu papel, enquanto membro do Colégio de Comissários? Em que sentido se consideraria responsável e obrigada a prestar contas, perante o Parlamento, por acções suas ou dos seus serviços?

O meu papel como Comissária responsável pelos assuntos internos consiste em assumir inteira responsabilidade pelas minhas actividades, propostas e iniciativas, sem prejuízo do princípio da colegialidade. Embora a minha principal prioridade seja o meu próprio pelouro, considero igualmente necessário acompanhar de perto a actividade de todo Colégio.

Tenciono trabalhar em estreita cooperação com a Comissária para a Justiça, os Direitos Fundamentais e a Cidadania, bem como com a nossa Direcção-Geral, para assegurar uma cooperação harmoniosa, uma vez que os nossos pelouros estão ligados e são interdependentes, tal como devem ser. A protecção dos direitos fundamentais dos cidadãos deve ser a essência do espaço de liberdade, de segurança e de justiça. Considero que, no exercício das minhas funções, devo procurar estabelecer um equilíbrio entre o respeito pela liberdade e a integridade do indivíduo e a garantia de uma Europa segura para os nossos cidadãos e todos

os que nela vivem.

Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, os domínios sob a minha responsabilidade passarão a estar sujeitos ao procedimento legislativo ordinário, o que reforça o papel do Parlamento Europeu. Trata-se de uma evolução positiva, que não só reforçará a legitimidade como colocará os assuntos internos europeus sob um controlo democrático pleno. Tenciono estabelecer uma cooperação regular, frutuosa e construtiva não só com a Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos (LIBE) em especial, mas também com o Parlamento Europeu em geral. Estou bem consciente de que a minha presença será necessária tanto na Comissão referida como na sessão plenária.

Tendo sido deputada europeia durante sete anos, mantenho uma ampla rede de contactos no Parlamento Europeu e tenho um bom conhecimento das actividades que desenvolve. Tenho igualmente conhecimento das necessidades e orientações do Parlamento. aguardo com expectativa a oportunidade de aplicar as disposições do Tratado de Lisboa no domínio dos assuntos internos em colaboração com a Comissão LIBE.

Na qualidade de Comissária e de dirigente, procurarei assegurar uma cooperação baseada na confiança e na transparência entre o meu Gabinete e a Direcção-Geral, bem como com os outros colegas e as suas respectivas direcções-gerais e pessoal.

3. Que compromissos específicos está disposta a assumir em termos de reforço da transparência, de maior cooperação com o Parlamento e as suas comissões, e de seguimento efectivo das posições e solicitações do Parlamento em matéria de iniciativas legislativas, tendo igualmente em conta a entrada em vigor do Tratado de Lisboa? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposta a transmitir ao Parlamento as informações e os documentos, em pé de igualdade com o Conselho?

Na qualidade de deputada europeia e de relatora da Comissão dos Assuntos Externos, fui uma das principais intervenientes no Regulamento 1049/2001 relativo ao acesso do público aos documentos. A transparência, a reforma administrativa e a boa governação constituem valores e matérias que tenho defendido durante toda a minha vida política e estou convicta de que a transparência conduz a uma maior eficácia e responsabilização.

É evidente que o Parlamento Europeu e o Conselho, enquanto co-legisladores, devem ter a garantia de igualdade de acesso a todas as informações e documentos relevantes no que se refere aos dossiês legislativos e a outros processos em curso. O Acordo-Quadro estabelece uma boa base em termos de transparência e informação entre a Comissão e o Parlamento Europeu, princípios que me comprometo a respeitar integralmente.

As eleições europeias do corrente ano demonstraram uma vez mais a necessidade urgente de envolver os cidadãos na definição das políticas europeias. O Tratado de Lisboa abrirá o caminho a uma maior participação, mas o Tratado por si só não resolverá os problemas de falta de legitimidade que ainda enfrentamos.

Tanto na qualidade de Deputada europeia como de Ministra, empenhei-me activamente no diálogo com o público, em especial com os estudantes e as organizações não governamentais. Ao incentivar o debate sobre questões que preocupam os cidadãos, ao divulgar a acção dos

decisores políticos em Bruxelas e ao demonstrar como os temas da agenda da União Europeia afectam directamente a vida quotidiana dos nossos cidadãos, podemos contribuir para que a Europa faça parte do debate nacional nos Estados-Membros. Esta é, na minha opinião, a única forma de reforçar a legitimidade da União.

Nas minhas novas funções como Comissária prosseguirei o diálogo com o público em geral e a sociedade civil na Europa. Continuarei igualmente a lutar por uma transparência crescente, na qual se inclui a necessidade de legislar melhor e uma maior simplificação e compreensão das propostas e decisões da UE.

Perguntas relativas às políticas

4. Quais são as três prioridades principais que tenciona fazer avançar enquanto parte do domínio de competências que lhe é proposto, tendo em conta, se tal for pertinente, a crise financeira, económica e social, bem como as preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável?

Sem prejuízo do direito de iniciativa da Comissão, o Programa de Estocolmo aprovado pelo Conselho Europeu estabeleceu um rumo muito claro para os próximos cinco anos, tendo solicitado à Comissão que lance uma série de iniciativas.

O Programa de Estocolmo é um documento importante que orientará as actividades da Comissão e das outras instituições no domínio da justiça e dos assuntos internos. A Comissão tenciona apresentar, no início de 2010, uma comunicação e um plano de acção de que constarão as medidas e iniciativas concretas necessárias à execução do referido programa. Juntamente com a Comissária para a Justiça, os Direitos Fundamentais e a Cidadania, teremos em conta as opiniões expressas pelo Parlamento na sua resolução de 25 de Novembro de 2009.

Com base nestes pressupostos, as minhas prioridades serão as seguintes:

- Estabelecer um sistema comum de asilo e uma política de migração comum, em consonância com o Pacto sobre a imigração e o asilo. Tenciono desenvolver e aplicar uma abordagem global com vista à gestão concertada dos fluxos de migrantes em parceria com os países terceiros. Devemos estabelecer um sistema único de asilo baseado na solidariedade, na previsibilidade e na responsabilidade comum, tendo por fundamento as convenções internacionais e o pleno respeito do direito de asilo. Deve ser criada na Europa uma área de protecção única. Também necessitamos de uma gestão eficaz da imigração irregular, bem como de uma política de repatriamento mais efectiva e mais humana.
- A criação de um regime em matéria de migração legal exige a aplicação do Plano de Acção sobre a Migração Legal. A imigração laboral pode contribuir para melhorar a competitividade e a vitalidade económica. Em coordenação com o Comissário para o Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão, tenciono criar um sistema de admissão comum mas flexível que tenha em conta as diferentes necessidades dos Estados-Membros em termos de competências e qualificações, e apoiarei os esforços dos Estados-Membros para integrar os migrantes legais.

- Desenvolver uma estratégia de segurança interna tendo em vista uma União mais segura que contribuirá para proteger os nossos cidadãos. O respeito pelos direitos fundamentais e a solidariedade entre os Estados-Membros serão princípios orientadores neste domínio. A estratégia incluirá uma cooperação mais estreita e eficaz em matéria de aplicação da lei e uma gestão das fronteiras mais coerente. Estes elementos são cruciais para que a União possa contribuir com a sua mais-valia para a luta contra a criminalidade organizada transfronteiras, designadamente o terrorismo, o tráfico de seres humanos, a exploração sexual de crianças, a pornografia infantil, a corrupção, a cibercriminalidade e as drogas. O intercâmbio de informações, que é crucial neste contexto, deve ser melhorado, sem comprometer um nível de protecção de dados o mais elevado possível.

5. Quais são as iniciativas legislativas e não legislativas específicas que tenciona apresentar, e de acordo com que calendário? Que compromissos específicos pode assumir, nomeadamente no que diz respeito às prioridades e solicitações das comissões, apresentadas em anexo, que poderão vir a ser do seu domínio de competências? De que modo garantiria, a título pessoal, a boa qualidade das propostas legislativas?

Juntamente com a Comissária para a Justiça, os Direitos Fundamentais e a Cidadania, apresentarei muito em breve o Plano de Acção sobre o Programa de Estocolmo que foi adoptado pelo Conselho Europeu em Dezembro de 2009. O referido plano incluirá uma perspectiva abrangente de todas as acções previstas no domínio da liberdade, da segurança e da justiça.

As novas políticas serão desenvolvidas em grande parte sob a minha responsabilidade e terão de ser apoiadas por iniciativas específicas, de carácter legislativo e não legislativo, assentes na realidade concreta. Com o objectivo de as executar de forma adequada, necessitamos de avaliar os resultados até hoje alcançados. Pretendo obter uma análise aprofundada das agências sob a minha tutela, conhecer a sua metodologia de trabalho e saber se há formas de melhorar a eficácia e a cooperação recíprocas. Deve ser realizada uma avaliação de impacto aprofundada antes de serem apresentadas novos projectos legislativos ou outras propostas.

Tenciono, por exemplo, avaliar a legislação existente em matéria de luta contra o terrorismo e estabelecer um balanço em termos de eficácia e de proporcionalidade.

A fim de alcançar os principais objectivos mencionados na pergunta 4, tenciono reforçar o papel da Frontex, da Europol e da Cepol. Considero que estas instâncias podem trabalhar de forma mais eficaz e coordenada. Dentro de alguns meses, apresentarei propostas sobre o futuro papel da FRONTEX.

Tenho igualmente por objectivo alargar o espaço Schengen, em conjunto com os Estados-Membros em causa. Paralelamente, pretendo agilizar os procedimentos de controlo nas fronteiras dos nacionais de países terceiros que entram no espaço Schengen e instituir igualmente um registo electrónico das pessoas que dele saem. Tenciono apresentar uma proposta sobre um sistema de entradas e saídas e um programa de viajantes registados.

Não ignoro o interesse do Parlamento em relação à facilitação de vistos a favor dos países dos Balcãs Ocidentais. Tenciono cooperar estreitamente com a Albânia e a Bósnia-Herzegovina

no sentido de ajudar estes países a cumprirem os critérios necessários para poderem evoluir para a liberalização do regime de vistos num futuro não muito distante.

A estratégia europeia em matéria de segurança interna ajudar-nos-á a combater mais eficazmente a criminalidade organizada e o terrorismo. Tenciono, em especial, apresentar novas propostas em matéria de tráfico de seres humanos e exploração sexual das crianças, com base no Tratado de Lisboa.

Em 2010, apresentarei propostas sobre a migração legal. Neste domínio, é necessário não só consolidar a legislação em vigor como melhorar a sua coerência. As disposições legislativas em matéria de reagrupamento familiar devem ser revistas, devendo o debate sobre este assunto ter início com o lançamento de um livro verde em 2010.

Para podermos dispor de uma política comum no domínio da migração legal é igualmente necessária uma política eficaz em matéria de repatriamento e de regresso com o objectivo de controlar a migração ilegal, devendo neste aspecto ser prestada especial atenção aos menores não acompanhados. Tenciono apresentar o mais rapidamente possível um plano de acção nesta matéria.

Por último, devemos instaurar um procedimento de asilo único e um estatuto uniforme de protecção internacional, um domínio em que a Europa poderá afirmar os seus valores comuns. Centrarei a minha atenção na rápida adopção pelos co-legisladores das propostas pendentes relativas ao sistema europeu comum de asilo e à sua aplicação. Neste contexto, as palavras de ordem serão a solidariedade e a partilha de encargos.